

Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Cláudia Maria Calmon Arruda

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro /APERJ

cmcalmon@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo aborda a trajetória da jovem militante comunista, Genny Gleizer, presa pela polícia política paulista quando ainda era menor de idade. Transferida sucessivas vezes de presídio, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, ela deixou bordada numa toalha a sua condição de prisioneira. A toalha atualmente integra o acervo de objetos tridimensionais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e serviu como fio condutor para a elaboração do presente artigo.

Palavras-chave: documento, repressão, memória.

Abstract

This article focuses on the embroidered tablecloth by Genny Gleizer after being arrested by the secret police in São Paulo in 1935. Arrested when he was still underage, she reported through the embroidery, its status as a prisoner. Transferred several times from prison, passing through Rio de Janeiro, took the part seized by Special Security Police and Social Policy (DESPS) and now integrating the three-dimensional objects of the Public Archives of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: document, repression, memory.

Hoje fazem 40 dias que estou preza

O bordado

Se o estilo é a dificuldade de expressão, como ensina Mário Quintana, a frase acima, bordada, com capricho e letras precisas, em uma toalha branca é o exemplo perfeito da definição dada pelo poeta. A autora, a jovem romena Genny Gleizer, ainda era menor de idade quando foi detida em São Paulo, acusada de subversão. No cárcere, sofreu violências físicas, sexuais e psicológicas. Até mesmo o seu paradeiro e a sua prisão foram ocultados pela polícia, cerceando-lhe o direito à defesa e a visitas.

Apesar de ter sido presa em São Paulo, Genny foi transferida sucessivas vezes de presídios, inclusive para fora do Estado. Essa prática era frequentemente utilizada pela polícia, a fim de impedir que familiares e amigos do preso recorressem ao poder judiciário. O documento sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) é fruto da *via crucis* que o governo e as autoridades policiais impingiram à jovem.

Analisando a data de sua prisão, ocorrida em 15 de julho de 1935, e a própria informação constante da toalha, há duas hipóteses prováveis para o local onde o bordado foi feito. Em 23 de julho completaram quarenta dias de seu encarceramento. Assim, se pode intuir que ela bordou quando ainda estava em território paulista, e apenas no Rio de Janeiro — para onde foi trazida em 29 de agosto,

a polícia descobriu o seu teor e apreendeu a peça. Numa segunda hipótese, ela pode ter se confundido com as datas e acreditado ter completado quarenta dias de reclusão quando estava no Rio. O fato é que ela bordou sem ser importunada pelos guardas, que talvez tenham enxergado em seu gesto uma atitude essencialmente feminina, avessa às práticas subversivas.

A toalha fez as vezes de um diário, cuja única *folha* permitia a sua autora apenas poucas palavras. Ela escolheu registrar a sua condição de prisioneira, marcando o tempo, como se não quisesse esquecê-lo, ou, tal como num diário, descrever o cotidiano, que no seu caso, a polícia reduzira ao cárcere. Ademais, escrever/bordar outros temas poderia significar a sua incriminação ou de outras pessoas, então Genny se limitou a riscar uma pequena letra A em uma das pontas da toalha. Provavelmente, esta letra remete a Arthur, companheiro de militância, que lutou arduamente por sua soltura.

O bordado foi provavelmente o único recurso de que dispunha, ou ao menos o mais seguro, para transpor o silêncio e a violência impostos por seus algozes. Além de reafirmar a sua prisão, insistentemente negada pela polícia.

A toalha, transmutada em diário, se tornou objeto de memória da prisão de Genny Gleizer, e atualmente integra o acervo de documentos especiais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo Polícias Políticas, série anexo de prontuários, número 20079.

A autora

De origem judaica, Genny Gleizer nasceu em 1919, na cidade romena de Bucareste. A mãe se matou quando ela era muito jovem, devido às condições miseráveis em que a família vivia na Romênia.¹ O pai, Motel Gleizer, atuante líder sindical em seu país, decidiu deixar a terra natal após o suicídio da esposa.

Em 1933, Motel imigrou para o Brasil trazendo as duas filhas, Genny, com quatorze anos de idade, e Berta, de apenas oito, se estabelecendo com elas no Rio de Janeiro, onde abriu um pequeno comércio.

De acordo com Túlio Khan, um ano e meio depois de sua chegada ao Brasil, Genny que já trabalhava e dominava a língua portuguesa, fugiu para São Paulo. Na capital paulista, a jovem morou em quartos alugados, trabalhou em uma fábrica de tecidos e depois num escritório; passados sete meses foi presa pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS).

Genny foi detida em julho de 1935² no Sindicato dos Empregados do Comércio onde participava de um congresso que reuniu a juventude comunista.³ O encontro era uma tentativa de articular uma nova ofensiva contra o autoritarismo do governo do presidente Getúlio Vargas, que dias antes decretara a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora

(ANL).⁴ Com Genny foi apreendida uma arma e, posteriormente, a polícia encontrou em sua casa livros de orientação marxista, uma caderneta com anotações em hebraico, que pertencia a seu pai, panfletos de propaganda política e cartas trocadas entre ela e outros membros do PCB, entre elas um bilhete, destinado a um certo *Arthur*⁵.

Sob acusação de subversão e de organizar o I Congresso da Juventude Proletária e Estudantil de São Paulo, Genny foi levada, inicialmente, para o presídio Paraíso, localizado na antiga fábrica têxtil Maria Zélia. Transformada em meados da década de 1930 em presídio político, o local se notabilizou pela violência empregada pelos carcereiros e pela polícia contra os presos.

Embora fosse inegável o envolvimento de Genny com o PCB⁶, a polícia

¹ Prontuário DOPS 830, Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

² KAHN, Túlio. *O Caso Genny Gleizer: precursor das campanhas pelos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1995, p. 3.

³ Prontuário 20079/DOPS/GB, Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ A Aliança Nacional Libertadora, fundada em março de 1935, foi uma organização de cunho nacionalista que reuniu inicialmente militares e intelectuais. Entre os principais pontos defendidos pela ANL estavam a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a formação de um governo popular e a garantia da liberdade democrática. A ANL se conformava às orientações traçadas pelo VII Congresso da Internacional Socialista que determinava a formação de frentes populares nos países capitalistas, a fim de barrar as forças fascistas em ascensão na Europa, em particular na Alemanha e Itália. FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 360.

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002, p. 60.

⁶ O partido foi criado em 1922 sob a denominação de Partido Comunista do Brasil e ficou popularizado pela sigla PCB.

buscou construir a imagem de uma militante influente e ardilosa, cuja beleza facilitava a inserção entre a população, atraindo simpatizantes para a causa revolucionária. Era acusada, ainda, de ter sido enviada da Europa especialmente para disseminar ideias subversivas e promover o treinamento de novos adeptos.⁷ A imagem que a polícia tentava construir não se coadunava com a de uma adolescente, por isso – apesar de ter entre dezesseis e dezessete anos à época de sua prisão – no prontuário aberto pela polícia do Rio de Janeiro lhe foram atribuídos dezenove anos de idade.

De acordo com Túlio Khan⁸, as acusações feitas pela polícia não procediam, pois nada na atuação da jovem junto ao Partido, tampouco os documentos reunidos pelo DEOPS para incriminá-la comprovaram que Genny fosse uma figura de proa dentro da organização. A relevância dada pela polícia ao papel dela, junto ao Partido Comunista, era uma tentativa de conter as manifestações favoráveis a sua libertação, fato que obrigou o governo a assumir publicamente a sua prisão.

As circunstâncias que cercaram a prisão de Genny estão relacionadas à conjuntura política do período e à comoção gerada por sua detenção entre diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Vigilância e repressão

Os mecanismos de vigilância e repressão política, existentes no Brasil desde a década de 20 foram aprimorados a partir de 1930, com a vitória do movimento de cunho liberal que depôs o presidente Washington Luís. A chamada Revolução de 1930 propunha a reformulação do sistema socioeconômico e político brasileiro, acompanhada de uma maior centralização do poder; papel exercido com maestria pelo político gaúcho Getúlio Vargas, que assumiu, em caráter provisório, a presidência do país.

No governo, Getúlio se valeu de uma série de decretos-leis que ampliaram os poderes da presidência, postergaram a realização de eleições e a elaboração de uma nova constituição, marcando o seu distanciamento das propostas liberais acenadas em 1930. O uso da força para dissolver as mobilizações de trabalhadores, as prisões arbitrárias e a proibição de reuniões; práticas comuns na Primeira República persistiram durante a sua administração.

A perseguição aos comunistas lotava as delegacias de suspeitos e *culpados*, levando membros do próprio governo a criticar o sistema. As críticas apontavam para a violência e irregularidades praticadas pela polícia, incompatíveis com a bandeira revolucionária. João Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, defendeu a reforma da instituição e participou ativamente de sua reestruturação. As modificações se pautaram no refinamento da investigação, com a

⁷ Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10474&p=2>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

⁸ KAHN, *op.cit.*, p.6.

criação de um serviço específico para reprimir o comunismo e a instalação de um setor de antropologia criminal vinculado ao Gabinete de Identificação Policial.⁹ A vinculação entre ciência e criminalidade baseava-se nas teorias racistas do século XIX, que estabeleceram uma relação direta entre criminalidade e certas características físicas presentes em determinados indivíduos.¹⁰ As mudanças na polícia caminharam na contramão de qualquer avanço democrático, com a manutenção das agressões físicas aos opositores do governo.

Em 1933, a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) inaugurou uma nova etapa na história da polícia política no Brasil. O órgão passou a constituir um setor autônomo dentro da estrutura burocrática de governo, e não apenas uma atividade vinculada aos serviços policiais. Com a função de coibir a espionagem, combater os *inimigos do governo*, fiscalizar os sindicatos, controlar e fiscalizar a fabricação de explosivos, armas e munições, a DESPS foi criada em decorrência das mudanças sociais advindas da industrialização emergente no Brasil. Na acepção do Estado, o aumento da organização dos trabalhadores e a formação de associações civis com clivagens ideológicas

diversas, eram projeções negativas desse processo, e por isso deviam ser combatidos.¹¹

Após fortes pressões de civis e militares, oriundas principalmente de São Paulo,¹² em 1934 foi votada uma nova carta constitucional para o país. No mesmo ano, a Assembléia Nacional Constituinte elegeu Getúlio Vargas, presidente da república. O verniz democrático não impediu que, em abril de 1935, o Congresso Nacional aprovasse a Lei de Segurança Nacional (LSN) proposta pelo poder executivo. A LSN transformou em crime contra a ordem política e social a propaganda subversiva, a incitação ao ódio entre as classes sociais e a formação de partidos oposicionistas. A “Lei Monstro”, apelido dado pelos comunistas à LSN, somava-se à repressão, tortura, prisão, deportação e morte de militantes oposicionistas, em especial os de origem comunista, considera-

¹¹ RESNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 115-116.

¹² Em 1932 setores militares e civis começaram a pressionar o governo, exigindo mudanças, tendo ganhado destaque a Frente organizada em São Paulo que reunia membros do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista. Os paulistas sentiram-se prejudicados pela intervenção do governo federal no Estado, que resultou na perda do poder político e econômico de São Paulo, numa insatisfação que culminou na chamada Revolução Constitucionalista. A revolta contou com o apoio de industriais, cafeicultores e da classe média, responsável por divulgar entre a população a ideia de superioridade de São Paulo diante dos demais Estados da Federação, daí a necessidade de lutar pela recuperação da autonomia paulista e a convocação de eleições. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 114.

⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 262.

¹⁰ Sob a direção do médico Leonídio Ribeiro, colega de faculdade de Batista Luzardo, o Gabinete de Identificação Policial analisou os caracteres físicos de criminosos negros e homossexuais. Por esse trabalho recebeu, em 1933, o “Prêmio Lombroso”. PINHEIRO, *op. cit.*, p. 262.

dos os principais adversários do sistema instituído no pós-30.

O conjunto de medidas repressivas adotadas pelo governo Vargas, fizeram de Genny uma criminosa em potencial, cujas atividades políticas ameaçavam a ordem nacional.

A trama

O “caso Genny Gleizer” ganhou os jornais e as ruas, sensibilizando boa parte da população paulista. Na esteira desse movimento, o Partido Comunista fez dela um ícone das arbitrariedades cometidas pelo governo, atrelando a reivindicação por sua libertação à luta pelas liberdades democráticas.¹³

A “Campanha Pró Liberdade de Genny Gleizer”, articulada pelo PCB — sob a coordenação do estudante e militante comunista Paulo Emilio Salles Gomes —, organizou manifestações em diversos sindicatos e associações pela soltura da jovem. A imprensa esquerdista se incumbiu de dar ampla divulgação ao caso, fazendo crescer o número de pessoas favoráveis à sua libertação.

A despeito das indagações do pai da jovem e da sociedade, a polícia insistia em negar a sua prisão. Àquela altura, Motel peregrinava atrás de autoridades e advogados que pudessem indicar o paradeiro da filha e auxiliar na sua libertação.

A pressão popular aumentou quando o governo decidiu deportá-la para a Romênia, país alinhado com os ideais

fascistas e antisemitas. Jovens intelectuais se voluntariaram para casar com ela, a fim de protegê-la contra as leis de deportação.

O jornalista Arthur Piccinini do semanário *A Plateia* — periódico que apoiou a Aliança Nacional Libertadora — protocolou junto ao Cartório da Sé, a documentação necessária para o matrimônio. No dia 18 de outubro de 1935, através de procuração, o casamento entre Piccinini e Genny foi realizado.

Tulio Khan¹⁴ relatou que Arthur Piccinini e Genny se conheceram num baile em São Paulo e foi ele quem a convidou para a reunião no Sindicato dos Empregados do Comércio, onde ela acabou detida. O autor aventa a possibilidade de Piccinini sentir-se responsável pela detenção de Genny, daí ter se casado com ela para tentar salvá-la da deportação. O fato é que ele esteve presente em momentos significativos da trajetória política de Genny e mesmo no cárcere, as lembranças da moça parecem fazer referência a ele.

Enquanto crescia a mobilização popular em São Paulo, Genny foi trazida em 29 de agosto de 1935 para a Central de Polícia do Rio de Janeiro, onde permaneceu por dez dias. A sua breve passagem pela capital federal não passou despercebida; um grupo de mães residentes no bairro do Meier, zona norte da cidade, enviou uma carta ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Vicente Rao, exigindo a sua libertação:

¹³ KHAN, *op. cit.*, p. 8.

¹⁴ Idem, p. 12.

Mães brasileiras que somos, residentes no Meier, lançamos nosso veemente protesto contra a monstruosa atitude do governo a que pertenceis, conservando presa, enquanto é covardemente preparada sua expulsão do território nacional, a jovem Genny Gleizer.¹⁵

As onze corajosas signatárias acusavam também o governo Vargas de bárbaro e reacionário. A carta escrita em 15 de setembro, pouco mais de um mês após a chegada de Genny à cidade, revelava que a sociedade civil — embora não conseguisse dar conta das manobras das autoridades — estava atenta aos passos da moça.

Em 02 de outubro Vicente Rao encaminhava a carta das *mães do Meier* ao chefe de polícia do Distrito Federal. Dois dias depois, o Departamento Geral de Investigações (DGI) alegou que o processo de expulsão contra Genny fora instaurado pela polícia de São Paulo, além de esclarecer ter revalidado o passaporte da “expulsanda” junto à Legação da Romênia atendendo ao pedido do órgão policial daquele Estado. Apenas no ano seguinte, em 10 de janeiro, o chefe da Seção de Segurança Social da DESPS se pronunciou a respeito, informando que Genny Gleizer havia sido presa e processada pela polícia paulista.¹⁶

A aparente omissão do órgão central de polícia e do próprio ministro da Justiça e Negócios Interiores, mais do

que evidenciar o descaso das autoridades com o apelo expresso na carta, revela um pouco da prática política do governo naquele período.

A anarquista Maria Lacerda de Moura também saiu em defesa de Genny, publicando uma carta aberta publicada no *Jornal A Manhã*¹⁷ endereçada às “mães brasileiras” e às “mulheres do Brasil”. A narrativa pungente de Lacerda de Moura é um belo exemplo da efervescência ideológica daquele momento:

Não se discutam, agora, as ideias políticas ou as convicções de uma menina que conheceu a desgraça quase no berço e é por isso que aprendeu a pensar (...).

(...) Os altos chefes de Polícia e os Juízes não podem conceber como uma menina de 17 anos, possa pensar em Congressos, porque as suas filhinhas só pensam em corridas, em bailes e nas lindas fantasias para o carnaval... Dois mundos antagônicos (...).

Mas saibamos pelo menos respeitar o heroísmo de uma meninazinha de 17 anos, que depois de trabalhar o dia inteiro, à noite procura-se instruir em uma escola noturna ou frequentar Congressos para aprender o que é sociologia política ou o que significa materialismo histórico.¹⁷

Ignorando os protestos populares e a visceralidade que a prisão de Genny assumiu devido ao fato de ser muito jovem e às condições da morte de sua mãe, o governo Vargas decretou a sua expulsão do território nacional em 21 de agosto

¹⁵ Prontuário 20079/DOPS/GB. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Prontuário DOPS 830. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

de 1935. Portanto antes da realização do *casamento* com Piccinini, o destino de Genny já estava selado.

Na madrugada do dia 12 de outubro daquele ano, ela foi posta num navio com destino à Romênia. Na viagem, contou com a ajuda do capitão, cuja convivência com trabalhadores do porto na França, garantiu o seu desembarque em segurança naquele país. Um fato curioso é que mesmo após esse desenlace, Arthur Piccini permaneceu casado com Genny por onze anos, separando-se legalmente dela apenas em 1946.

Genny Gleizer sobreviveu aos horrores da Segunda Guerra Mundial, viveu na França, Peru e na Rússia até se estabelecer nos Estados Unidos, onde faleceu de causas naturais. No Brasil, inscreveu a sua trajetória com delicadeza e coragem. A toalha bordada por ela constituiu-se num documento raro entre os prontuários da polícia política, uma vez que, ironicamente, teve a ré como coautora.

Bibliografia

AMORIM, Maria Stella de. Lembrando Berta Ribeiro. *Revista Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 55-63, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São

Paulo, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KAHN, Tulio. *O Caso Genny Gleizer: precursor das campanhas pelos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1995.

KAREPOVS, Dainis e LEME, Régis. Maria Zélia – um presídio político na época de Vargas. *Cadernos Cemap*. São Paulo, p. 9-49, mai. 1985.

PINHEIRO. Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESNIK. Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Site consultado

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10474&p=2>.

Submetido em: 15 de Julho, 2010
Aprovado em: 8 de Setembro, 2010